

NOVOS ARRANJOS ORGANIZACIONAIS POSSÍVEIS ? - O FENÔMENO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM QUESTÃO (PRECISÕES E COMPLEMENTOS)

Genauto Carvalho de França Filho*

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir a especificidade do fenômeno da economia solidária, tornado particularmente relevante neste novo cenário atual de reconfiguração das relações entre Estado e mercado, onde desponta com força a idéia de um terceiro setor. Terceiro setor e economia solidária pois, embora pareçam termos correlatos, pertencem a universos semânticos distintos, apontando para não somente diferentes contextos sócio-políticos de emergência de cada termo, mas também a interpretações distintas sobre o papel desempenhado (ou a desempenhar) por estas experiências, e em particular, no que se refere à posição que elas devem ocupar vis-a-vis das esferas do Estado e do mercado¹. Buscamos pois, através deste texto, a apreensão da natureza específica (o caráter singular) deste fenômeno da economia solidária, alinhando um modo particular de interpretá-lo, razão pela qual nossa discussão se coloca também no plano conceitual, obedecendo assim a um movimento teórico-prático. É dessa forma que propomos, mais adiante no texto, uma tipologia sobre as formas de manifestação deste fenômeno na realidade. O critério de definição de uma tal postura tipológica leva em consideração fundamentalmente certas implicações organizacionais deste fenômeno, que tentamos pôr em relevo neste trabalho. É de fundamental importância esclarecermos de antemão que trataremos deste tema aqui na sua acepção européia mais geral, e francesa em particular. O leitor encontrará pois neste texto uma leitura deste fenômeno tal como ele se desenvolve do outro lado do atlântico.

* Doutor em Sociologia. Professor da Escola de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFBA.

¹ Para um exame mais rigoroso acerca desta distinção terminológica, recomendamos nosso texto de tese (Genauto C. de França F., *Sociétés en mutation et nouvelles formes de solidarité : le phénomène de l'économie solidaire en question - l'expérience des régies de quartier au carrefour de logiques diverses*, Université Paris VII, 2001), em particular no seu capítulo 9.

As origens de um conceito – alguns marcos teóricos de sua fundação

Enquanto noção ou conceito, o termo economia solidária identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual entorno das chamadas novas formas de solidariedade². De modo preciso, o termo economia solidária fora forjado através dos trabalhos de Jean Louis Laville et Bernard Eme, na França. Através deste termo, estes autores visavam a dar conta da emergência e desenvolvimento recente de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas sócio-econômicas diversas. São as chamadas iniciativas locais na Europa. Elas assumem na maioria dos casos a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas. Esta expressão, economia solidária, vem, assim, num primeiro momento, indicar, de um lado, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade. Do outro lado, sugerir (com estas experiências) a inscrição da solidariedade no centro mesmo (no coração) da elaboração coletiva de atividades econômicas.

Busca-se, portanto, através desta noção de economia solidária, uma tentativa de problematização destas novas práticas organizativas a partir de um quadro de referências bem preciso : ou seja, aquele de uma reflexão sobre as relações entre democracia e economia, que se inspira amplamente dos trabalhos de Karl Polanyi³. Abre-se assim, através dessa noção, uma perspectiva descritiva e compreensivista de pesquisa, reenviando à análise de realizações existentes que, em diferentes partes do mundo, representam hoje milhares de experiências e dezenas de milhares de assalariados e de voluntários implicados⁴.

² Estas novas formas de solidariedade fazem alusão à iniciativa cidadã em oposição, ao mesmo tempo, às formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário. Neste sentido, estamos diante de um fenômeno efetivamente inédito, segundo nossa hipótese, pois estas experiências não parecem orientar-se segundo o registro de uma socialidade típica da *Gemeinschaft* (comunidade), princípio comunitário (Tönnies), ou seja, uma socialidade comunitária (Weber), ou ainda, uma solidariedade mecânica característica das sociedades tradicionais (Durkheim). De fato, se um tipo de dinâmica comunitária marca estas experiências, sua expressão não parece identificar-se ao registro de um comunitarismo herdado (como consideram A.Caillé e J.-L.Laville) : “na medida em que ela emana de um comunitarismo muito mais escolhido como referência coletiva a um bem comum do que imposto pelo costume” (prefácio a *Don et économie solidaire*, de Genauto de França e Sylvain Dzimira, collection la petite bibliothèque du MAUSS, Paris, 2000, p.07). Além disso, o caráter inédito destas novas formas de solidariedade reside ainda na afirmação de uma tal dinâmica comunitária no seio de uma sociedade onde as relações relevam primeiro de uma solidariedade orgânica (Durkheim) ou da *Gesellschaft* (sociedade), princípio societário (Tönnies), ou ainda da socialidade societária (Weber). Vale ressaltar ainda que este campo da economia solidária circunscreve um universo específico de experiências neste domínio das novas formas de solidariedade.

³ Em especial, *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*, Gallimard, Paris, 1983. Nesta obra notável do início da década de 50, Polanyi sustenta que a grande transformação que conhecem as economias ocidentais nos anos 30 reside na reimbrincação da economia no social, pela via da regulação da produção e da circulação de riquezas operada pelo Estado-providência, hoje em crise. A “grande transformação” introduzida pela modernidade, quanto a ela, nos parece residir muito mais no processo de autonomização do mercado em relação aos demais princípios do comportamento econômico, como a “administração doméstica”, a “redistribuição” e a “reciprocidade”. Esta ruptura produzida pela modernidade é acompanhada de um “desencantamento do mundo”, de uma objetificação das relações sociais, ou ainda, de uma despersonalização das relações econômicas, que o fenômeno da economia solidária visa, justamente, a tornar mais humanas.

⁴ B.Eme et J.-L.Laville, “Economie plurielle, économie solidaire : précisions et compléments”, in *La Revue du MAUSS semestrielle*, n.7 (*vers un revenu minimum inconditionnel*), La Découverte, Paris, 1996.

Contexto e delineamento de um fenômeno

Enquanto fenômeno, então, a emergência de uma economia solidária esta intimamente ligado à problemática de uma exclusão social crescente (que se define cada vez mais enquanto questão urbana), num contexto atual (isto é, que remonta já a mais de vinte anos) de crise do Estado-providência⁵. A realidade de uma economia solidária vem assim se posicionar num contexto de falência dos mecanismos de regulação econômico-político da sociedade. Estes foram fundados historicamente entorno de duas esferas principais de organização das relações político-econômico-sociais - o Estado e o mercado, encontrando no trabalho, no sentido moderno do termo, ou seja, no assalarialismo, sua estruturação fundamental⁶. Poderíamos ainda diagnosticar esta situação em termos de crise do equilíbrio fordista. O fenômeno da economia solidária se apresenta, portanto, ao nosso ver, numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade (mesmo que de modo ainda modesto no momento presente).

Buscando precisar a definição, diria que a emergência de uma economia solidária (ou sua noção) traduz-se por uma florescência de práticas sócio-econômicas na Europa visando propor (a partir de iniciativas locais) serviços de um tipo novo, designado sob o termo “serviços de proximidade” ou “serviços solidários”⁷. Foram justamente através dos trabalhos de descrição destas práticas/experiências, articulados a elaboração de um modo de compreendê-las, visando à apreensão da singularidade deste fenômeno, que a noção de economia solidária fora forjada (por Laville e Eme).

Assistimos assim (do ponto de vista das implicações organizacionais) ao nascimento de iniciativas locais portadoras de um caráter novo relativo ao mesmo tempo ao seu modo de funcionamento e sua finalidade. Pois, estas experiências reúnem usuários, profissionais e voluntários, preocupados em articular criação de emprego e reforço da coesão social, ou geração de atividades econômicas com fins de produção do chamado liame social (ou dos laços sociais), ou simplesmente geração de atividades econômicas com finalidades sociais.

Situando uma problemática

Dois traços característicos maiores resumem a especificidade dos serviços de proximidade (ou solidários) e posicionam a hipótese da economia solidária enquanto modo de regulação⁸ :

a) hibridação de economias (ou de recursos) - permitindo a perenidade dos projetos criados pois se articulam aqui distintas fontes de recursos. Estas são de natureza :

⁵ A problemática da economia solidária aparece amplamente articulada à realidade da chamada nova questão social nos principais países europeus, como é o caso da França em especial. A esse respeito ver, entre outros, os trabalhos de Jacques Donzelot (1991 e 1994) e Pierre Rosanvallon (1995). E ainda, os dois primeiros capítulos da minha tese intitulada “Sociétés en mutation et nouvelles formes de solidarité ...”, op.cit..

⁶ Poderíamos assim propor a leitura do contexto atual de uma economia solidária em termos de crise do trabalho, ou melhor, em termos dos limites da chamada sociedade salarial, para retomar o diagnóstico de Robert Castel, *Les métamorphoses de la question social. Une chronique du salariat*, ed. Fayard, Paris, 1995.

⁷ Esse termo faz alusão a um conjunto de serviços, para alguns, outrora unicamente produzido no seio da esfera doméstica, como ajuda a domicílio, jardinagem, consertos domésticos (bricolage), etc., e para outros, invenção, como é o caso dos serviços que giram em torno da questão da “mediação social” nos bairros, geralmente vinculados à idéia de melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente local. Ver a esse respeito J.-L.Laville, *Les services de proximité en Europe*, Paris, ed. Syros, 1992.

⁸ J.-L.Laville, “Economie et solidarité : esquisse d’une problématique”, in *L’économie solidaire – une perspective internationale*, col. Sociologie économique, ed. Desclée de Brouwer, Paris, 1994.

- não mercantil : através de subvenções ou outros financiamentos à atividade oriundos do poder público (qualquer que seja a instância de governo) - recurso ao Estado;

- mercantil : através de venda ou prestação de serviços a particulares (pessoa física ou jurídica) - recurso ao mercado;

- não monetária : através da participação voluntária de certos membros, ou seja, a doação sob a forma material ou humana (doação de tempo, etc.) - recurso a uma lógica recíproca ou uma lógica da dívida

b) construção conjunta da oferta e da demanda - Isto é, os serviços são concebidos e propostos em função de necessidades sociais reais exprimidas localmente.

Esta construção conjunta da oferta e da demanda é possível em razão da interação entre os diferentes participantes da iniciativa e os seus estatutos particulares, que podem ser múltiplos (ou difuso), isto é, ao mesmo tempo usuários e assalariados ou usuários e voluntários⁹. Daí a idéia de se pensar em termos de espaço público de proximidade como modo de concepção destes serviços - pois se debate sobre reais problemas enfrentados no quotidiano da realidade, favorecendo o real exercício de uma dimensão política nestas experiências¹⁰.

A problemática (ou a perspectiva) da economia solidária em termos de novas formas de regulação da sociedade (ainda que de modo modesto) pretende assim se opor a duas formas tradicionais de tentativa de interpretação deste fenômeno :

1) aquela que pretende enxergar estas experiências como modos de reativação de formas de socialidade comunitaristas, fortemente marcadas por um caráter autárquico e balizadas pelo peso da tradição dos costumes. Segundo essa visão/leitura, as experiências de economia solidária são identificadas a uma espécie de neodomesticidade; como num retorno desesperado ao passado a fim de buscar pistas de solução aos nossos dilemas presentes. Trata-se aqui de uma crítica relativamente comum da parte de certos setores à esquerda no espectro político Europeu, que não vêem uma dimensão política nestas iniciativas socio-econômicas (ou neste fenômeno).

2) nem tampouco este fenômeno deve ser apreendido sob uma ótica liberal (à direita), ou seja enquanto possibilidade de se constituir como setor à parte (terceiro), vindo se justapor aos dois outros (Estado e mercado) e buscando corrigir as lacunas por estes deixadas nas suas capacidades a satisfazer necessidades. Dito de outro modo, uma visão funcionalista, que limita a ação da economia solidária em termos de *démarche* funcional. Ela viria, nestes termos, preencher uma função de ajustamento social, constituindo uma espécie de economia subsidiária às formas mercantis e estatistas - papel inclusive que fora aquele ao qual tornou-se historicamente a economia social na França¹¹. Papel, portanto paliativo ao sistema e que é também aquele do terceiro setor na sua versão americana de interpretação tal como chega ao Brasil atualmente.

Ao contrário, segundo nossa interpretação, as experiências de economia solidária supõem uma articulação específica entre esferas econômica, social e política - em razão dos diferentes registros de ação ou das diferentes lógicas que atravessam essas experiências. Trata-se portanto de uma forma de economia que ao invés de se constituir como um setor à parte (terceiro), tem muito mais vocação (segundo nossa hipótese) para interagir com as formas econômicas

⁹ É o caso, por exemplo, de uma dinâmica associativa onde a atividade da organização beneficia os próprios moradores de um bairro que participam também como membros da associação. Citamos aqui os exemplos, entre outros, das chamadas “Creches parentais”, ou ainda, o das “Régies de quartier” na França. Esta última constituiu objeto de caso do meu trabalho de tese citado em nota anterior, em particular os capítulos 4 e 5.

¹⁰ Laville, “La crise de la condition salariale : emploi, activité et nouvelle question sociale”, in *Le travail, quel avenir ?*, col. Folio/Actuel, Paris, Gallimard, 1997.

¹¹ Sobre a história da economia solidária que se confunde na base com aquela da própria economia social, ver o capítulo 8 da minha tese, op.cit..

dominantes (Estado e mercado), numa perspectiva de elaboração de arranjos particulares de princípios econômicos diversos, a fim de subordinar a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva - por exemplo uma dinâmica recíprota ou um projeto associativo.

Uma perspectiva/abordagem original

Uma tal perspectiva representa tarefa difícil nas condições da realidade atual marcadas pela hegemonia do mercado, e nossa tomada de posição aqui se pretende longe de uma interpretação idealizada destas experiências. Razão pela qual nós a definimos (as experiências de economia solidária) numa busca de equilíbrio (necessariamente frágil) e muito difícil entre estas lógicas distintas que a atravessam. É exatamente esta tensão, poderíamos ainda chamar esta disputa (no sentido político forte da palavra - arendtiano), que constitui (ou que marca) intrinsecamente este fenômeno, segundo nossa leitura. Tensão, que poderíamos resumir, entre três economias (mercantil, não mercantil e não monetária), ou entre duas lógicas (instrumental e solidária ou substantiva), ou ainda, entre diferentes racionalidades da dinâmica organizacional.

Uma tal perspectiva (da economia solidária) supõe um outro olhar em relação à economia real (seu funcionamento). Não mais a reduzindo ao mercado (como faz a teoria neoclássica), mas enquanto economia plural. Ou seja, uma economia que admite uma pluralidade de princípios do comportamento econômico¹² - tal como havia sido formulada por Polanyi. Este autor havia já identificado quatro grandes princípios do comportamento econômico (em sua obra “a grande transformação”) (o mercado auto-regulado, a redistribuição, a administração doméstica e a reciprocidade), que podem se resumir a três formas de economias com o re-arranjo destes princípios econômicos que fora submetido à modernidade através da introdução de um sistema de direito jurídico-político que passa a regular as relações de trabalho (considerado meio fundamental de produção e distribuição de riquezas). Assim temos (de modo esquemático) :

a) uma economia mercantil - fundada no princípio do mercado auto-regulado;

trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitarista, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame (ou da relação social) que se busca numa lógica recíprota.

b) uma economia não mercantil - fundada na redistribuição;

isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los;

c) e finalmente, uma economia não monetária - fundada na reciprocidade;

isto é, um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica do dom (ou da dádiva), tal como formulada/descrita por Marcel Mauss. A dádiva compreende três momentos : aquele do doar, do receber e do devolver. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo

¹² Este conceito de economia plural nos permite dar conta de uma ampla dimensão da vida econômica, em especial aquela regida prioritariamente pela solidariedade, esquecida pela teoria econômica convencional, ou neoclássica. Esta dimensão não deve ser desprezada, pois dela depende a sobrevivência de grande parte da população no mundo. Na França, por exemplo, existe aproximadamente o equivalente da metade do produto nacional bruto, ou mesmo três quartos deste, que não é apreendido pois corresponde a formas de produção que não têm tradução monetária (Ahmet Insel, “La part du don, esquisse d’évaluation”, in La revue du MAUSS semestrielle, n.01, 1993). Sabemos ainda que grande parte desta economia doméstica ou economia dos cuidados é largamente praticado pelas mulheres.

horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é de perenizar os laços sociais (ou tecer o liame social). A lógica do dom, ou da dádiva, obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo livre e obrigado, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal¹³.

Esta apresentação de forma esquemática tem muito mais um objetivo pedagógico no sentido de explicitar aos diferentes registros de comportamento econômico que estão em jogo dentro da chamada atividade econômica¹⁴. Na prática, pois, não somente as economias de mercado não são apenas mercantis, como também sua própria prosperidade repousa sobre os pólos não mercantil – notadamente, sobre todas as infra-estruturas financiadas pelos poderes públicos – e não monetário (também chamado pólo recíprocatório), isto é, sobre as relações familiares, de vizinhança, associativas, etc.

Trata-se, portanto, através da referência a noção de economia plural de se pensar uma outra forma de produção e distribuição de riqueza, isto é, uma economia não necessariamente contra o mercado (imaginado-se ingenuamente ou autoritariamente que ele possa ser aniquilado), mas uma economia com mercado, entretanto, sob condição que este seja submetido a outros princípios, ou melhor, que ele seja (e o termo exato é este) encastrado, enraizado (*encastré, embeddeness*) junto a outros registros de práticas.

Partindo pois de uma definição da economia solidária como conjunto de atividades contribuindo para a democratização da economia a partir de engajamentos de cidadania (Laville, 1999), o desafio que se coloca a este fenômeno, ao nosso ver, não é, pois, aquele de um substituto da ação estatista – como numa perspectiva filantrópica, por exemplo – sintomática de um processo de desregulação da economia. Mas, ao contrário, seu objetivo é muito mais aquele de uma articulação junto à esfera pública a fim de produzir um reencastamento da economia num projeto de integração social e cultural. É neste sentido que consideramos que a economia solidária se apresenta como emanação de ações coletivas buscando a instauração de novos modos de regulação, tanto ao nível internacional quanto ao nível local, a fim de completar as regulações nacionais ou suprir as suas faltas.

¹³ Apoiando-se no trabalho fundador de M.Mauss ("Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques", in *Sociologie et anthropologie*, coll. Quadrige, PUF, Paris, 1950), e em particular no conceito de dádiva, uma via paradigmática fecunda tem se desenvolvido na França numa perspectiva de refundação de certos pressupostos dominantes nas ciências sociais. Ela concentra uma crítica importante sobre o legado economicista que se apoderou das ciências sociais. São os trabalhos do chamado movimento anti-utilitarista nas ciências sociais, amplamente publicados e debatidos pela *Revue du MAUSS*, coordenada por Alain Caillé. Para uma leitura brasileira sobre este assunto, consultar dois artigos publicados na revista brasileira de ciências sociais, v.13, n.38, em outubro de 1998 : *Introdução à dádiva*, de J.T.Godbout, e, *Nem holismo nem individualismo metodológico. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva*, de Alain Caillé. Uma síntese importante deste paradigma é apresentado no nosso trabalho *Don et économie solidaire*, op.cit., 2000.

¹⁴ Pretendemos ainda, através deste tipo de argumentação, ultrapassar a idéia de economia de mercado como fonte única de riqueza, como também, condenar a redução das demais dimensões econômicas à condição de formas parasitárias desta última. Esta visão mais larga da economia implica pois enxergar estes três pólos na sua complementaridade, enquanto ao mesmo tempo, criadores e consumidores de riqueza. Nesta maneira de olhar a economia, sua redução à idéia exclusiva de mercado tornando-se insustentável, é o mito do progresso, a crença no crescimento econômico como fonte exclusiva do desenvolvimento e da felicidade que é colocada em questionamento.

Algumas implicações organizativas do fenômeno – perspectivas etnográficas

Para concluirmos, gostaria de propor uma tipologia de apreensão do fenômeno da economia solidária numa realidade específica (levando-se em consideração que estamos diante de um movimento multiforme de experiências). Segundo nossa hipótese, em se tratando da França, existem quatro formas principais de manifestação de uma economia solidária nesta realidade. São quatro universos de experiências, que denominamos como : o comércio equitável, a finança solidária, a economia sem dinheiro e as empresas sociais. Esta tipologia se apoia fundamentalmente sobre o critério da similaridade de certas atividades. Vale lembrar que, do ponto de vista organizacional, a forma principal de expressão desta experiência é o modo associativo (ou associativista), cabendo ainda algumas delas sob o registro cooperativo (ou cooperativista).

a) O comércio equitável

Este fenômeno participa da ambição de se construir uma solidariedade internacional, refletindo assim certas preocupações em torno das possibilidades de instauração de uma regulação internacional fundadas sobre novas relações econômicas e comerciais. O seu objetivo, pois, é de estabelecer relações comerciais mais justas entre países do Norte (consumidores em particular) e certos produtores do Sul. A esta finalidade se acrescenta uma outra (relevando mais do registro de uma pedagogia política) : aquela de constituição de uma rede de consumidores capaz de sensibilizar a opinião pública acerca das condições de injustiça das regras do comércio internacional, empreendendo-se assim ações (sob a forma de campanhas, manifestações, etc.) junto a grandes instâncias institucionais de decisão em matéria política e econômica.

As organizações do comércio equitável estabelecem pois contratos com organizações de pequenos produtores (organizados em cooperativas) para a compra e venda de produtos (em geral produtos agrícolas ou artesanais). A idéia pois é de encontrar canais de distribuição para o escoamento daquela produção a um preço considerado justo para o pequeno produtor. Busca-se pois assim eliminar ao máximo o número de intermediários entre o produtor e o consumidor.

Herdeiro do antigo comércio alternativo (que funcionava como uma espécie de rede paralela de solidariedade para a distribuição de produtos terceiro-mundistas na Europa), o comércio equitável evoluiu através de um processo de labelização (ou patentamento) de certos produtos¹⁵. Entre os quais, o exemplo mais conhecido hoje talvez seja aquele do café Max Havelaar.

O desenvolvimento deste campo do comércio equitável hoje implica a necessidade de distinguir-se entre as experiências que limitam o seu universo de distribuição às redes das assim chamadas “*boutiques associativas*” ou “armazéns do mundo” - que são lojas (associativas) de venda desses produtos (como é o caso da rede *Artisans du Monde* na França) -; e aquelas que se abrem sobre os grandes canais de distribuição, ou seja, as grandes cadeias de supermercados.

O processo de labelização (patentamento) de produtos, e sua conseqüente entrada no âmbito da distribuição de massa muito influenciou o aumento das vendas dos chamados produtos equitáveis, trazendo para este universo de experiências certas lógicas funcionais que passam também a interagir na dinâmica dessas formas de organização.

Observa-se assim que, entre dimensão socio-econômica e política, a prioridade do comércio equitável implica tanto atividade de trocas comerciais (mais ou menos abertas sobre a

¹⁵ A origem do comércio equitável (aproximadamente no início da década de 70), encontra uma convergência entre ONGs do Sul (implicadas em iniciativas de organização popular) e associações ecológicas ou de defesa dos direitos humanos do Norte – tudo isto num contexto de queda dos preços das matérias primas no comércio internacional.

grande distribuição, e mais ou menos importantes segundo o volume das transações) quanto uma pedagogia política. Este campo de experiências aparece assim marcado (segundo nossa leitura) por uma tensão entre lógicas distintas enviando na realidade dessas experiências ao conflito opondo certos imperativos funcionais (impostos pela necessidade de aumento das vendas dos produtos como conseqüência da sua abertura sobre a grande distribuição) à necessidade de afirmação do sentido do projeto pela sua contribuição com a mudança das condições de injustiça da realidade do comércio mundial - numa perspectiva de conscientização do consumo.

b) A finança solidária

Neste universo, consideramos um conjunto de experiências - também conhecidas sob outras apelações (micro-crédito, poupança solidária, micro-finança, finança de proximidade, etc.) - que participam da construção de um outro tipo de relação com o dinheiro. O objetivo da finança solidária, dito de modo simplificado, é o de permitir a pessoas excluídas do sistema bancário de criar seu próprio emprego. O desafio, portanto, deste campo de experiências, gira em torno da necessidade de democratização do acesso ao crédito, que vem fazer face ao problema da seletividade neste acesso, e sua conseqüente limitação de oferta, ligada à busca de rentabilidade das instituições financeiras.

Mas, para além de uma questão de democratização do acesso ao crédito, é também (e sobretudo) toda uma preocupação com a chamada utilidade social do investimento financeiro que esta em jogo, orientando este campo de iniciativas. Tratam-se assim, com estas experiências, de afirmação de uma finalidade de aplicação ética do dinheiro na direção daqueles projetos articulando por exemplo um trabalho de luta contra a exclusão, de preservação ambiental, de ação cultural, de desenvolvimento local, etc..

Os exemplos de iniciativas de finança solidária apresentam uma grande variedade. Citemos, a título de exemplo, na França, o caso das CIGALES ("clubes de investidores para uma gestão alternativa e local da poupança"), articulados em rede. Estas associações mobilizam uma poupança de proximidade (a partir de seus membros associados) que é investida em projetos locais visando ao reforço do tecido econômico local e dos laços sociais. Trata-se de fomentar o desenvolvimento e criação de pequenas empresas da região. A prioridade do investimento é acordada, em geral, ao aspecto local e ao caráter de utilidade social da empresa, mas cada clube possui sua autonomia de decisão. As Cigales funcionam então como uma espécie de sociedade de capital de risco solidário de proximidade. Além deste gênero de iniciativa (onde inúmeros outros exemplos são a considerar), este campo da finança solidária compreende ainda várias outras práticas, como o caso dos fundos de aplicação éticos ou solidários, já oferecidos mesmo por certos bancos tradicionais. Neste caso, o poupador renuncia a uma parte da remuneração da sua poupança em nome da utilidade social do investimento que é feito. De experiências, na grande maioria dos casos de pequeno porte, assiste-se hoje neste campo da finança solidária, ao aparecimento cada vez maior de grandes instituições de crédito solidário¹⁶.

Pela diversidade de experiências, este campo apresenta-se bastante heterogêneo quanto ao conteúdo das iniciativas, implicando o que consideramos aqui como um risco liberal. Ou seja, algumas experiências de finança solidária apresentam uma certa vulnerabilidade no sentido da possibilidade de sua apropriação sob a ótica de um discurso liberalizante - do ponto de vista

¹⁶ É o caso por exemplo na França da NEF (*Nouvelle Economie Fraternelle*), constituída enquanto banco em 1999, e da *Caisse Solidaire de Roubaix* desde 1996 - a primeira iniciativa neste país de uma sociedade financeira à vocação inteiramente solidária. Mas, a França não possui uma tradição de grandes bancos solidários como existe na Alemanha, Suíça, Bélgica, Inglaterra ou Holanda. Neste ultimo, o exemplo da Triodos parece significativo : atuando em campos muito diversos, a Triodos tornou-se o principal investidor em parques aolianos no seu país. Este banco solidário financia ainda um quarto da alimentação biológica da Holanda.

econômico. Pois, a concentração da ajuda sobre empreendedores individuais, como acontece em algumas experiências¹⁷, pode conduzir a uma situação onde antigos assalariados transformam-se em novos terceiros sub-contratantes. Trata-se aqui de uma evolução instrumental, afetando a dinâmica das relações trabalhistas, que é acentuada pela moda do micro-crédito junto às grandes instituições financeiras internacionais que defendem a multiplicação de micro-empresas independentes como alternativa positiva às regras protetoras do assalarialismo. A distinção, pois, da perspectiva da finança solidária em relação à abordagem liberal se situa sobre dois pontos : nestas experiências, de um lado, a seleção dos projetos a investir é fundado sobre critérios de utilidade social; e, do outro lado, uma ênfase é colocada sobre a importância do acompanhamento do projeto após seu início.

Observamos assim, à imagem da própria dinâmica mais geral da economia solidária (tal como a definimos nas páginas precedentes), que o universo da finança solidária se posiciona numa imbricação entre três economias. Neste campo tão diverso e complexo, certas experiências parecem mais próximas do setor bancário (mercantil), mantendo com ele relações de parceria privilegiadas para encontrar o essencial dos seus recursos; outras se assemelham mais a uma iniciativa para-pública - tal é a intensidade da relação com o pólo não mercantil, onde os subsídios públicos são vitais para a sobrevivência da associação; outras experiências ainda parecem situadas numa posição mais equilibrada entre os três pólos (posição sempre difícil de manter), nutrindo o essencial dos seus recursos numa dinâmica recíproca.

Assim, a eficácia e vitalidade destas experiências se desenrolam numa relação de interdependência freqüentemente conflitual, devido ao difícil exercício de uma parceria envolvendo diferentes lógicas de ação e mobilizando diversas formas de legitimidade. Para a maioria das experiências de finança solidária então, o desafio se coloca em termos de sua autonomia e preservação do projeto inicial, face às injunções do mercado e dos poderes públicos. Pois, elas são conscientes de certas derivas históricas dos setores mutualistas e cooperativistas, que se tornaram verdadeiras grandes empresas capitalistas altamente tecnoburocráticas.

c) A economia sem dinheiro

Trata-se aqui de iniciativas participando à criação de formas alternativas de trocas ou intercâmbios econômicos (em relação àqueles praticados segundo uma lógica de mercado). Elas se situam numa escala local e se articulam em redes como modo de organização territorial a fim de fazer face ao fenômeno da exclusão social.

Três tipos principais de experiências desenham este campo : a autoprodução coletiva; os sistemas de trocas locais - chamados na França de *systemes d'échanges locaux* (SEL), e mais conhecidos através das experiências anglo-saxônicas denominadas *local exchange trading system* (LETS), mas, também conhecidos como *tauschring* na Alemanha, ou ainda, como *redes de economia local* (REL) na Itália -; e, as redes de trocas recíprocas de saberes, conhecidas na França como *réseaux d'échanges reciproques de savoirs* (RERS).

Um SEL ou LETS consiste numa associação de pessoas (que atinge em certos casos centenas, e mesmo milhares de associados) para trocar de outro modo, vis-a-vis da forma mercantil, bens e serviços. O conjunto dos intercâmbios é contabilizado pela associação com o

¹⁷ É o caso na França da ADIE ("Associação pelo direito à iniciativa econômica"), que financia micro-projetos individuais de criação de empresas por desempregados. A ADIE inspira-se amplamente no exemplo hoje considerado emblemático da *Grameen Bank* no Bangladesh (considerado como o primeiro banco para pobres do mundo) que apoia iniciativas de camponeses sem terra. Tentando responder a essa crítica, que situa a experiência da ADIE como relevando mais do registro de uma economia da inserção (a caráter assistencialista) do que propriamente uma economia solidária, M. Novak (fundadora desta experiência) considera que se trata de buscar uma terceira via entre o emprego clássico e a assistência : aquela do trabalho independente.

auxílio de uma moeda fictícia e as dívidas são reguladas (mas jamais eliminadas) através de um sistema de compensação. A natureza das atividades ou bens trocados é bastante diversa : guarda de crianças, aulas (língua, cozinha...), serviços de reparo em geral (em marcenaria, encanamento, eletrônica...), produtos artesanais, objetos usados, serviços de jardinagem ou domésticos, empréstimo de ferramentas, etc..

A origem destas experiências remonta a 1976, na cidade de Vancouver, no Canadá. Rapidamente, estas experiências se espalharam, principalmente em países como Estados Unidos, Inglaterra e Austrália. Esta origem está relacionada a contextos de crise econômica aguda (fechamento de fábricas etc.), acompanhada pelo aparecimento de múltiplas experiências cooperativistas e comunitárias. Na França, o primeiro SEL foi criado em Lyon, em 1994. Estima-se hoje que há mais de mil experiências como esta no mundo.

O SEL ou LETS não provém de uma forma de troca mercantil, pois se trata de um somatório de trocas (relações) bilaterais contabilizados numa perspectiva de compensação multilateral, e não instantânea, das dívidas que devem durar no tempo (o sentido mesmo do sistema é fomentar uma dinâmica de dívidas e créditos a favor de uma perpetuação das relações sociais)¹⁸. Este mesmo impulso recíproco pode ser encontrado também nas experiências das Redes de trocas recíprocas de saberes (RERS). Todavia, diferentemente dos LETS, nestas iniciativas, a regulação das dívidas (também nunca eliminadas) se opera no quadro da própria bilateralidade da troca (sempre não instantânea), e não mais na multilateralidade das trocas relacionada à totalidade associativa. Por outro lado, nestas experiências não se adota moeda local. Trata-se de trocas diretas de um saber contra um outro. Estas experiências, que visam igualmente a alimentar as relações sociais (o laço social), emergiram na França em meados da década de 70, para se estender em seguida a outros pontos da Europa. Contam hoje mais de 40.000 pessoas envolvidas.

Estas experiências mais parecem assim participar a um objetivo de construção de uma cultura da reciprocidade. Esta última pode ser definida como "uma tentativa de reequilíbrio permanente", numa perspectiva de encontro coerente entre alteridade e igualdade : "ela é uma tensão permanente, construtiva e cognitiva"¹⁹. A singularidade destas experiências em relação a certas atividades ilegais, ou mesmo, a simples "viração" entre família ou entre amigos, reside, portanto, na sua inscrição no espaço público - exprimindo uma forma de solidariedade voluntária e um modo de relação igualitário entre os membros da associação.

Este campo da economia solidária apresenta assim uma característica fundamental em relação aos demais, referindo-se ao papel decisivo do pólo não monetário. A expressão mais afirmada de uma lógica recíproca nestas experiências não significa sua assimilação a uma espécie de revivência de formas antigas de solidariedade comunitária, em razão do seu caráter democrático e da sua inscrição no espaço público. Em razão do deslocamento do pólo econômico dominante neste caso (do não mercantil para o não monetário), este campo está sujeito à emergência de certos conflitos cuja natureza muda em relação à clássica confrontação Estado *versus* mundo associativo - que é particularmente marcante na França.

d) As empresas sociais

Considerar a idéia de empresa social enquanto categoria tipológica aqui pode parecer redundante. Pois, de fato são também, poderíamos assim chamar, empresas sociais que

¹⁸ Esse é o registro próprio à chamada lógica da dádiva, tal como descrita por M.Mauss, op.cit.. Para uma distinção mais rigorosa entre lógica da dádiva e lógica mercantil, ver Genauto de França e Sylvain Dzimira, *Don et économie solidaire*, op.cit..

¹⁹ C.Héber-Suffrin, *Le savoir, la reciprocité et le citoyen*, Paris, Desclée de Brouwer, 1998; citado por J.-L.Laville, 1999, op.cit..

participam da finança solidária ou do comércio equitável. Entretanto, pretendemos com este termo aqui nos referir a um certo número de experiências de empreendedorismo social voltadas para atividades bastante variadas.

Mas, o que chamamos aqui efetivamente de empresa social ? Uma primeira compreensão deste termo sugere a idéia de organizações privadas desenvolvendo atividades comerciais, mas com finalidade social. Essa primeira aproximação do objeto nos parece um tanto quanto superficial, não nos permitindo aceder à natureza complexa deste fenômeno. De modo mais rigoroso, duas definições principais se sobressaem no inventário da literatura sobre este assunto, segundo Clément e Gardin²⁰, apontando assim para duas abordagens distintas : a primeira é fruto das pesquisas realizadas pela OCDE (...) e a Segunda origina-se nos trabalhos da rede E.M.E.S. (*Emergence of European Social Enterprises*)²¹.

Segundo a primeira definição, "a empresa social faz referência a toda atividade privada de interesse geral, organizada a partir de uma *démarche* empresarial e não tendo como razão principal a maximização do lucro mas a satisfação de certos objetivos econômicos e sociais, assim como, a capacidade de dispor, pela produção de bens e serviços, de soluções inovadoras aos problemas de exclusão e de desemprego"²².

A segunda definição (pela qual nos sentimos mais próximos aqui) sublinha o caráter original deste tipo organizacional, considerado como posicionado numa encruzilhada de lógicas diversas²³. De um lado, se o poder não se funda sob a detenção do capital, em contraste vis-a-vis da lógica de uma empresa convencional, entretanto, ela desenvolve trocas comerciais. Do outro lado, se o seu grau de autonomia permite distingui-la de uma empresa pública, porém, ela beneficia, na maioria dos casos, de subsídios dos poderes públicos. Inclinando-se sobre a organização socio-econômica dessas empresas sociais, a partir da idéia de interação entre diferentes registros do comportamento econômico, ou três pólos (mercantil, não mercantil e não monetário), estes trabalhos procuram afinar sua caracterização. Dois aspectos são sublinhados :

- No que se refere à natureza da propriedade, uma multiplicidade de atores pode participar da estrutura de poder (trabalhadores, usuários, voluntários), e seus papéis apresentam um caráter difuso, aproximado-se assim do conceito de *multiple stakeholders enterprises*²⁴;

²⁰ *L'entreprise sociale*, coll. "Les notes de l'Institut Karl Polanyi", Thierry Quinquenton éditeur, Domont, France, 1999.

²¹ Esta rede reúne pesquisadores de 15 países da Comunidade Européia numa perspectiva de definição das características sociais, econômicas e políticas destas organizações.

²² H.Clément e L.Gardin, op.cit., p.14. A partir de uma tal definição (bastante formalista) e de certas características funcionais decorrentes, a OCDE oferece uma ampla variedade de exemplos podendo se inscrever neste conceito de empresa social : empresas de inserção francesas, empresas inserantes belgas ou finlandesas, cooperativas sociais italianas, cooperativas de trabalho associado espanholas, empresas de comunidades locais alemãs (ex-empresas alternativas), empresas comunitárias irlandesas ou escocesas (*Community Business*), empresas intermediárias britânicas (*Intermediaite Labour Markets Organizations*), empresas de inserção portuguesas, cooperativas de serviços sociais suecas, empresas comunitárias austríacas, empresas comerciais à finalidade social americanas (*Community based Business, Community Wealth Enterprises*), movimento comunitário quebequense, grupos comunitários neo-zelandeses, cooperativas mexicanas.

²³ São aqui em particular as idéias desenvolvidas por J.-L.Laville e M.Nyssens, *L'entreprise sociale, éléments pour un approche théorique*, documento de trabalho redigido a partir de reflexions transversais da rede EMES, Paris, CRIDA, 1999.

²⁴ A este respeito ver C.Borzaga e L.Mittone, *The multistakeholders versus the non profit organization*, University of Trento, draft paper n.7, 1997, ou ainda, V.A.Pestoff, *Beyond the Market and State, social enterprises and civil democracy in a welfare society*, Ashgate, Aldershot-Bookfield USA-Singapore-Sydney, 1998. É importante assinalar o termo "stakeholders", em alusão às pessoas enquanto partícipes de um interesse comum, no lugar de "stockholders", ou seja, dos acionários (ou pessoas enquanto acionárias). Este conceito (stakeholders) é particularmente importante, pois enfatiza a dimensão democrática do funcionamento da empresa, assim como, a idéia

- No que se refere aos objetivos organizacionais, a finalidade de uma empresa social é posta em termos de serviço a coletividade, "seja através de externalidades positivas que ela produz e/ou acesso equitável ao serviço que ela desenvolve"²⁵. O que traduz o caráter de utilidade coletiva ou de utilidade social próprio a este tipo de iniciativa, justificando inclusive a natureza específica de sua propriedade (ou do seu poder), isto é, aberta à participação de múltiplos atores (ou de atores a estatutos múltiplos).

As empresas sociais em geral fazem objeto de um interesse particular da parte do poderes públicos na Europa, que vêm nestas experiências, muitas vezes, formas privilegiadas de potencialização de certas políticas sociais. Muitas delas são objeto de parcerias importantes com os poderes públicos. O grande desafio dessas formas de organização se coloca assim em termos de preservação do seu funcionamento democrático (que se encontra intimamente ligado ao grau de autonomia da experiência) face aos riscos de instrumentalização institucional. Ou seja, face às injunções do Estado e do mercado, o desenvolvimento das empresas sociais as coloca permanentemente em confrontação diante do risco de isomorfismo institucional. Isto é, a tendência ao rebatimento do modo associativo sobre um funcionamento de empresa privada ou de serviço público.

Dito de outro modo, uma tendência à profissionalização da gestão das associações, em termos tecnoburocráticos, acompanha um certo nível de crescimento atingido, implicando a submissão da dimensão de projeto associativo (autônomo e espontâneo) aos imperativos funcionais (uma lógica instrumental), fundada sob um modo formal de gestão e a busca de resultados passíveis de quantificação. O isomorfismo institucional é apenas uma conseqüência (em deriva), entre outras possíveis, da tensão dialética característica destas formas de organização, atravessadas por lógicas diversas. Pois elas são, na maioria das vezes, ao mesmo tempo fundadas sob o registro de uma iniciativa cidadã (baseada em ideais de autonomia) e modelizadas no quadro de certas políticas públicas (experiências instrumentalizadas). Uma tensão será mais ou menos forte segundo o tipo de organização, assim como, segundo o seu contexto de inserção, ou seja, as características do seu meio ambiente político.

Observa-se assim, através desta diversidade de experiências o projeto de uma economia solidária hoje se desenhando num movimento multiforme de experiências²⁶. Seu ponto comum assinala a necessidade de recomposição das relações entre economia e sociedade, traduzindo-se assim sua preocupação atual diante da tendência acelerada de mercantilização da sociedade promovida por uma certa hegemonia do pensamento neoliberal. Na prática a hibridação de princípios econômicos que se realiza através destas experiências aponta caminhos fecundos do ponto de vista de uma ação organizacional cujo horizonte possa ultrapassar objetivos puramente econômicos. Múltiplas possibilidades de parceria entre agentes da sociedade e poderes públicos nos aparecem possíveis através deste fenômeno, sempre atento à perspectiva de preservação da autonomia dos projetos.

de utilização do lucro gerado para a finalidade de realização de objetivos sociais, ao invés de servir a remunerar o capital.

²⁵ Clément e Gardin, op.cit., p.17.

²⁶ Embora multiforme, este movimento aparece cada vez mais articulado. Na França por exemplo, várias redes associativas se afirmam como parte integrante do processo de construção e desenvolvimento de uma economia solidária, sendo inclusive signatárias de um "apelo em favor da abertura de um espaço para a economia solidária", publicado no jornal *Le Monde* de 18/06/97. Desde então, elas se reagruparam para constituir a Inter-Redes de Economia Solidária (IRES). Além de estruturado, este fenômeno conhece ainda um reconhecimento institucional crescente neste país, da parte do seu governo, cujo marco foi a criação da chamada Secretaria de Estado para a Economia Solidária, em março de 2000.

Referências bibliográficas

- BORZAGA, C. e MITTONE, L., The multistakeholders versus the non profit organization, University of Trento, draft paper n.7, 1997.
- CAILLE, A., Critique de la raison utilitaire, coll. Agalma, La decouverte, Paris, 1989.
- _____, Don, intérêt et désintéressement - Bourdieu, Mauss, Platon et quelques autres, coll. Recherches, série Bibliothèque du MAUSS, La Découverte, Paris, 1994.
- CASTEL, R., Les métamorphoses de la question social – une chronique du salariat, Fayard, Paris, 1995.
- CLEMENT, H. e GARDIN, L., L'entreprise social, coll. Les notes de l'Institut Karl Polanyi, Thierry Quinquenton éditeur, Domont, France, 1999.
- DONZELOT, J. e ROMAN, J. (org.), Face à l'exclusion : le modèle français, Esprit, Paris, 1991.
- DONZELOT, J. e ESTEBE, P., L'Etat animateur - essai sur la politique de la ville, Esprit, Paris, 1994.
- EME, B. e LAVILLE, J.-L. (org.), Cohésion social et emploi, coll. Sociologie économique, Desclée de Brouwer, Paris, 1994.
- _____, “Economie plurielle, économie solidaire : précisions et compléments”, in La revue du MAUSS semestrielle, n.7, Paris, 1996.
- de FRANCA, G.C. e DZIMIRA, S., “Economia solidária e Dádiva”, in Organizações e Sociedade, v.6, n.14, Salvador, 1999.
- _____, Don et économie solidaire – esquisse d'une théorie socio-économique de l'économie solidaire, coll. La petite bibliothèque du MAUSS, Paris, 2000.
- GUERIN, H. e VALLAT, D., Les finances solidaires, coll. Les notes de l'Institut Karl Polanyi, Thierry Quinquenton éditeur, Domont, Paris, 1999.
- HEBER-SUFFRIN, C., Le savoir, la reciprocité et le citoyen, Desclée de Brouwer, Paris, 1998
- INSEL, H., “La part du don, esquisse d'évaluation”, in La revue du MAUSS semestrielle, n.01, Paris, 1993.
- LAVILLE, J.-L., Les services de proximité en Europe, Syros, Paris, 1992.
- _____, (org.), L'économie solidaire – une perspective internationale, coll. Sociologie économique, Desclée de Brouwer, Paris, 1994.
- _____, “La Crise de la condition salariale : emploi, activité et nouvelle question sociale”, in Le travail, quel avenir ?, coll. Folio/Actuel, Gallimard, Paris, 1997.
- _____, Une troisième voie pour le travail, coll. Sociologie économique, Desclée de Brouwer, Paris, 1999.
- MAUSS, M., “Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques”, in Sociologie et Anthropologie, coll. Quadrige, PUF, Paris, 1950.
- PESTOFF, V.A., Beyond the Market and State, social enterprises and civil democracy in a welfare society, Ashgate, Aldershot-Bookfield USA-Singapore-Sydney, 1998.
- POLANYI, K., La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps, Gallimard, Paris, 1983.
- ROSANVALLON, P., La nouvelle question sociale - repenser l'Etat-providence, Seuil, Paris, 1995.
- SERVET, J.M. (org), Une économie sans argent – Les Systèmes d'Echange Local, Seuil, Paris, 1999.

SERVET, J.M. e VALLAT, D. (org.), Exclusion et liens financiers – Rapport du Centre Walras 1999-2000, Economica, Paris, 1999.